



CONSELHO SUPERIOR
DOS TRIBUNAIS
ADMINISTRATIVOS
E FISCAIS

Intervenção do Presidente do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais

15 de Fevereiro de 2025

II JORNADAS – Justiça Administrativa e Fiscal promovidas pela ASJP

A Jurisdição Administrativa e Fiscal em reflexão

Exmo. Senhor Presidente da Associação Sindical dos Juízes Portugueses
Ex.mo Senhor Director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
Excelências

Distintos Convidados

Minhas senhoras e meus senhores

Assumi o mandato no Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais com o compromisso de implementar mudanças estruturais e adoptar medidas para promover a eficiência, modernidade e transparência no exercício das funções judiciais. Hoje, com grande satisfação, apresento um balanço do trabalho realizado nestes quatro meses, bem como uma alusão aos projectos em curso.

1. Implementação do Decreto-Lei que consagrou a autonomia administrativa e Financeira do CSTAF

Foram diversas as medidas adoptadas para colocar em funcionamento o novo regime legal, com especial destaque para a **elaboração e aprovação do Regulamento Interno do CASF e o Regulamento Interno da Secretaria do CSTAF**.

Procedeu-se por esta via a uma reorganização dos recursos humanos existentes e à reestruturação dos serviços, tornando claras as funções e competências e permitindo a optimização dos fluxos de trabalho, com o objectivo de fortalecer a capacidade de resposta do Conselho e garantir maior eficiência no desempenho das suas funções estratégicas.



2. Reforço de Equipas

Para além da reorganização dos recursos existentes procedeu-se ao reforço de equipas fundamentais:

- **da equipa de informática** essencial à modernização e por isso eleita como um pilar estratégico para os primeiros seis meses de mandato. Este reforço já está a gerar impacto positivo na implementação de soluções digitais que promovem maior celeridade e eficiência nos nossos procedimentos.
- da equipa da Área do Controlo Financeiro** fundamental para assegurar uma gestão moderna e responsável e maior capacidade de monitorização e gestão eficaz dos recursos financeiros. Este investimento traduz-se em maior rigor, transparência e otimização na utilização de recursos públicos, que são essenciais para a concretização das nossas metas estratégicas.
- **dos assessores do Gabinete Técnico-Jurídico**, para auxiliar na materialização dos objetivos estratégicos definidos para o mandato e manter o controlo de execução de todo o planeamento das metas a alcançar.

3. Programa de Gestão para a Eficiência dos Tribunais

Iniciámos um projeto ambicioso e inédito refletido na conceção, desenho e execução de um programa de gestão que visa aumentar a eficiência dos tribunais da jurisdição. Este programa, ao reduzir as tarefas burocráticas dos presidentes dos Tribunais, permitirá que o Conselho, em tempo real, acceda diretamente a indicadores cruciais, como taxas de recuperação processual, o *disposition time*, a produtividade, o número de diligências realizadas por Tribunal, secção, e que já se encontra em “testes”.

Trata-se de uma ferramenta inovadora que dará aos Tribunais e ao Conselho os dados necessários para uma gestão informada e proativa, em vez de continuar a fazer uma gestão assente em tabelas em Excel, com tradução em papel e risco elevado de erro na informação.



4. Projeto de Assessoria com Inteligência Artificial

Estamos a desenvolver um projeto piloto de assessoria, com recurso a inteligência artificial. Esta ferramenta, em fase de conceção, que esperamos poder tornar disponível ao longo do corrente ano aos senhores juízes, agilizará e tornará o trabalho diário mais eficiente, estimando-se uma redução de 40% do esforço empregue na preparação de cada decisão.

Este sistema de apoio à decisão judicial funcionará como um **assistente virtual**. Esta ferramenta está a ser concebida para oferecer um desempenho o mais próximo possível ao auxílio prestado pelos atuais assessores humanos, representando um passo significativo na modernização do sistema de justiça administrativa e fiscal.

O **Assessor de IA** será uma aplicação autónoma ao sistema de gestão processual e terá como objetivos fundamentais:

- a) **Facilitar a extração e o tratamento de informações de documentos judiciais**, com a elaboração do “relatório” da decisão judicial, permitindo uma análise mais ágil e precisa.
- b) **Organizar a prova documental junta aos autos;**
- c) **Realizar pesquisas automáticas em documentos ou partes deles**, otimizando o acesso a informações relevantes;
- d) **Tratar a informação catalogada de forma organizada**, facilitando a elaboração de decisões judiciais;
- e) **Fornecer**, pesquisas de jurisprudência nacional e do TJUE, bem como doutrina catalogada em fontes oficiais;

Tudo isto virá acompanhado da aprovação de uma **carta ética para a utilização de sistemas de inteligência artificial**, a que os senhores juízes se vincularão.

5. Execução de Verbas PRR

As verbas do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para 2024 foram executadas na sua totalidade. Um marco especialmente relevante quando recordamos que, em Novembro, a sua execução era totalmente inexistente. Trata-se de um esforço que demonstra o nosso compromisso com o aproveitamento total das oportunidades de financiamento e com a implementação de projetos que trazem resultados concretos.

Graças a esse esforço conseguimos um reforço de verbas PRR para 2025 que pretendemos aproveitar ao máximo.

O nosso empenhamento traduziu-se, nesta primeira fase, na aquisição de hardware (computadores, monitores, teclados, ratos, entre outro), bem como



material áudio-vídeo, essencial para dotar a futura sala de conferências e auditório do CSTAF.

Foi adquirida ainda toda a infraestrutura crucial para instalar todos os programas exclusivamente dependentes deste Conselho Superior (servidores).

6. Novo Site do Conselho Superior

Foi apresentado esta semana o novo site do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF), que, finalmente, inclui um “Canal de Denúncias” e um link para o IUDEX.

Este site reflete uma nova visão, assente na transparência das atividades do Conselho. Toda a informação relevante, incluindo deliberações, projetos, regulamentos e as múltiplas atividades desenvolvidas que impactam na vida dos juízes e do cidadão, estará acessível de forma clara e organizada. É mais um passo no fortalecimento da comunicação institucional e no reforço da proximidade com a sociedade.

7. Newsletters do CSTAF

Passaremos a ter uma newsletter trimestral, especialmente dedicada aos juízes e outra à Comunicação Social, de modo a tornar visíveis os objetivos estratégicos do Conselho, a evolução da jurisdição, as atividades empreendidas e as deliberações tomadas pelos seus órgãos.

Apostamos numa comunicação mais vertical e transparente.

A primeira Newsletter sairá em fevereiro de 2025.

8. Acordo com o Conselho Superior da Magistratura para recebermos o “Iudex”

Celebrámos ainda um acordo com o Conselho Superior da Magistratura para a imediata transferência do Iudex para o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Confiamos que durante o próprio mês de março de 2025 poderemos tê-lo em funcionamento.

Este acordo representa um marco de colaboração interinstitucional, garantindo que dispomos das ferramentas necessárias para avançar no processo de modernização da jurisdição administrativa e fiscal. Ficou ainda acordado que o CSTAF irá igualmente receber a nova versão do Iudex, que o CSM está a preparar em desenvolvimento com verbas do PRR.



8. Estudos e Propostas Legislativas

Conduzimos, ao longo dos dois primeiros meses, um conjunto de estudos que serviram de base à apresentação à Senhora Ministra da Justiça de algumas propostas legislativas que acreditamos que darão um relevante contributo para a agilização do funcionamento da jurisdição.

Propostas que visam, resumidamente e no essencial:

- a) **tornar mais equitativa a distribuição de processos na segunda instância.**
- a) **agilizar as inspecções judiciais e os processos disciplinares e de inquérito;**
- b) **racionalizar fluxos** e adoptar mecanismos de simplificação processual para ações de valor até 15.000€

9. Iniciamos negociações com a ESTAMO para em breve sermos dotados de edifício próprio.

Sem edifício próprio o CSTAF não tem condições de operacionalizar plenamente a sua autonomia administrativa e financeira.

Por isso, passou a ser prioritário encontrar edifício-sede, o que fizemos imediatamente a partir do dia zero do meu mandato.

Adianto que estamos no bom caminho e convictos que até ao prazo final que o DL 32/2023, de 5 de maio de 2023 teremos tudo decidido e acordado.

Senhores Juízes:

Reconhecemos que os desafios são muitos, mas estamos certos de que o trabalho conjunto, a dedicação e a visão estratégica serão os alicerces do sucesso da nossa jurisdição.

Claro que não posso deixar de agradecer a todos os que têm contribuído para estas conquistas, dentro da medida de cada um, convidando-vos a continuar a trabalhar connosco na construção de um Conselho Superior mais eficiente, inovador e comprometido com a justiça, capaz de passar a ser um exemplo de eficiência, idoneidade e confiança dos cidadãos.

Este é o meu maior desejo.



Os próximos 6 meses continuarão a ser desafiantes.

1) Proteção de Dados e Cumprimento Declarativo

Temos a ambição de nos próximos 6 meses darmos passos relevantes na modernização e no cumprimento das obrigações legais.

Nomeámos, em consonância, um **Encarregado de Proteção de Dados**, inexistente neste Conselho Superior, que tem como missão garantir a segurança e a conformidade no tratamento dos dados pessoais que integram o sistema de justiça administrativa e fiscal.

Estamos particularmente empenhados em assegurar que, até setembro, todos os juízes possam cumprir as **obrigações declarativas que a lei impõe**, de forma eficiente e rigorosa. Para tal, estamos a implementar medidas que respeitam o RGPD, assegurando, assim, a proteção e a confidencialidade de todos os dados envolvidos. Este compromisso reflete a nossa determinação em reforçar a transparência e o cumprimento das normas legais, sem comprometer a privacidade e a segurança da informação.

2) Compromisso com a Cooperação e o Futuro

Estamos conscientes de que os desafios que enfrentamos exigem esforços conjuntos, colaboração institucional e um diálogo permanente. Reforçamos o nosso compromisso em trabalhar com todos os atores do sistema de justiça para alcançar soluções sustentáveis e eficazes, que coloquem o cidadão no centro da nossa atuação.

Estes primeiros meses demonstraram que, com determinação e colaboração, podemos alcançar resultados significativos para modernizar e melhorar a administração da justiça em Portugal.

3) Regularização das inspeções ao serviço dos juízes até 2024

Trabalharemos para **assegurar, até ao início do próximo ano judicial**, a regularização das inspeções ao serviço dos senhores juízes, com referência aos anos até final do plano de formação de 2023.

Este é um compromisso essencial para garantir a avaliação transparente, justa e tempestiva do desempenho dos magistrados, fortalecendo a confiança no sistema judicial e valorizando o trabalho dos nossos juízes.



4) Fixação de Objetivos de Serviço Judicial

Vamos dar cumprimento ao estabelecido na lei e fixar objetivos de serviço judicial para as diferentes áreas geográficas em função das suas características próprias.

Hoje, enquanto refletimos sobre os tempos desafiantes que enfrentamos, é essencial reconhecermos que as dificuldades não nos definem, mas sim as nossas respostas a elas. Cada obstáculo é uma oportunidade disfarçada, cada crise, um convite para crescemos.

Estes desafios que testam a nossa resiliência e também revelam a nossa força.

